

Caminho acertado

Economia - Brasil

29 MAR 2005

A decisão de não renovar o acordo preventivo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), anunciada ontem pelo ministro da Fazenda, só pôde ser tomada com confiança porque o governo brasileiro não se deixou contaminar com uma visão estreita, defendida até por alguns dos seus aliados: a de que a construção de um ambiente econômico estável – mediante austeridade nos campos fiscal e monetário e vigilância diante da inflação – constitui obstáculo a um crescimento sustentável. Na verdade, esses fatores são condicionantes para a tão falada sustentabilidade. E, como tal, não podem ser abandonados.

Ao perseguir com disciplina as metas de inflação e superávit primário, o governo brasileiro sinalizou que sua orientação alimenta-se mais das convicções da equipe econômica do que de restrições acordadas com o FMI. Como resultado dessa orientação, houve significativa recomposição de nossas reservas em moeda estrangeira e ganhos de credibilidade re-

fletidos na elevação da cotação dos nossos títulos no exterior. Ainda que caibam ponderações relacionadas ao bom momento da economia mundial e o consequente favorecimento do cenário brasileiro nos últimos dois anos, é de extremo valor simbólico o fato de o Brasil ter atravessado 15 meses sem recorrer a saques de reservas disponibilizadas pelo FMI.

É de se esperar que o fim do acordo deixe o governo mais à vontade para afrouxar as rédeas fiscais, catalisando investimentos essenciais à recuperação e ao melhoramento da infra-estrutura ligada à produção – item essencial na agenda pró-crescimento. Essa é uma correção de rota que precisa ser operada de forma gradual, sem abandonar as premissas que nos restauraram a confiança. Igualmente importante é perseguir a redução dos gastos ligados ao custeio da própria máquina administrativa, a fim de propiciar redução da pesada carga tributária, que constrange o crescimento do País e seus benefícios sociais.